
Tráfico de pessoas, antitráfico e perspetivas críticas: nota introdutória

MARA CLEMENTE e CECILIA VARELA

**Edição electrónica**

URL: <https://journals.openedition.org/configuracoes/19561>

DOI: 10.4000/configuracoes.19561

ISSN: 2182-7419

Editora

CICS.NOVA - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Polo da Universidade do Minho

Edição impressa

Paginação: 7-16

ISSN: 1646-5075

Referência eletrónica

MARA CLEMENTE e CECILIA VARELA, «Tráfico de pessoas, antitráfico e perspetivas críticas: nota introdutória», *Configurações* [Online], 32 | 2023, posto online no dia 04 dezembro 2023, consultado o 20 dezembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/configuracoes/19561> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.19561>

Este documento foi criado de forma automática no dia 20 de dezembro de 2023.



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Tráfico de pessoas, antitráfico e perspectivas críticas: nota introdutória

MARA CLEMENTE e CECILIA VARELA

Nas últimas décadas, poucos problemas chamaram a atenção pública como o “tráfico de pessoas”. Desde 2022, o conflito na Ucrânia apenas renovou a extraordinária capacidade de indignação e de mobilização perante imagens de mulheres e crianças descritas como objetos indefesos de brutalidade e violência de redes criminosas internacionais. A nível político, a atenção ao tráfico não é menos intensa e acordos e instrumentos antitráfico têm tido historicamente uma grande adesão a nível internacional. Em suma, o tráfico preocupa e está firmemente presente nas agendas políticas e sociais nacionais e internacionais. Mas o que é exatamente o “tráfico de pessoas” e o que pode ser dito sobre os atuais esforços antitráfico?

O artigo 3.º do instrumento que informa a legislação e as políticas de combate ao tráfico de centenas de Estados, o Protocolo sobre Tráfico¹, fornece a seguinte definição de tráfico:

o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos.
(UN, 2000)

Esta definição de tráfico é certamente mais ampla do que aquela visada por acordos e convenções elaborados entre o final do século XIX e início do século XX, sob a pressão de ativistas e organizações feministas e grupos religiosos. Com efeito, o Protocolo sobre Tráfico de 2000 prevê uma diversificação dos tipos de exploração, que não se limitam à “exploração da prostituição” de “escravas brancas” (Doezema, 2010). No entanto, vários

elementos constitutivos da atual definição internacional de tráfico são caracterizados por uma substancial indefinição. É o caso de conceitos como “coerção”, “vulnerabilidade” e “exploração” (Blanchette e Da Silva, 2012; Munro e Scoular, 2012; Piscitelli e Lowenkron, 2015).

Essa circunstância não é acidental. Pelo contrário, reflete a dificuldade de conciliar as ideias de tráfico e as agendas antitráfico dos vários agentes envolvidos na luta contra o tráfico no século XXI. As organizações feministas abolicionistas, preocupadas com a venda do sexo de mulheres migrantes, têm tradicionalmente feito da luta contra o tráfico um espaço para defender a criminalização da prostituição, em contraste com grupos e organizações em luta pelo reconhecimento desta atividade como trabalho que outorga direitos e deveres (Alvim, 2018; Doezema, 2005, 2010; Silva *et al.*, 2013)². Enquanto isso, os diferentes Estados têm concebido o tráfico de pessoas migrantes acima de tudo como uma ameaça à segurança do Estado e aos interesses nacionais, com uma prevalência substancial de preocupações securitárias de controlo da migração e de perseguição do crime (Aradau, 2008). Além disso, desde os primeiros anos do século XXI, difundiu-se uma descrição genérica do tráfico como uma violação dos direitos humanos, frequentemente mobilizada por diferentes organizações, juntamente com intervenções de aparente natureza “humanitária” (Hesford, 2011; Mai, 2021, Piscitelli, 2013).

Mais de duas décadas depois da elaboração do Protocolo sobre o tráfico, este persiste como um conceito polissêmico e variável. Apesar das inúmeras campanhas de “informação” e “formação”, as interpretações de tráfico que podem ser encontradas nos diferentes contextos muitas vezes são tudo menos harmónicas. Em muitos países caracterizados por uma prevalente abordagem criminalizadora da prostituição (na Europa, por exemplo a Suécia ou a França), o tráfico é entendido sobretudo como sinónimo de prostituição. No entanto, casos como Portugal sugerem que a conceptualização do tráfico e das suas vítimas pode ser tudo menos estável ao longo do tempo, dando espaço, pelo menos potencialmente, a uma identificação deste com formas de exploração das pessoas migrantes em mercados de trabalho diferentes do trabalho sexual (Clemente, 2019).

É também de sublinhar que, muitas vezes, a ideia dominante de tráfico no âmbito dos diferentes contextos expressa sobretudo as relações de poder que existem entre os vários agentes no campo internacional e nacional da luta contra o tráfico, além de valores concorrentes e objetivos políticos conflitantes (Brennan, 2014; Clemente, 2021, 2023a)³. Por exemplo, desde o lançamento do *Trafficking in Persons Report (TIP report)*⁴, a ameaça de sanções económicas dos Estados Unidos tem desempenhado frequentemente um papel crucial para levar os governos a demonstrar um compromisso em relação ao combate ao tráfico, definindo certas formas de exploração de migrantes como tráfico. Assim, de acordo com Denisse Brennan (2014), no início deste século, o objetivo de melhorar a posição no *TIP report* e assim resgatar a posição diplomática com os Estados Unidos, combinado com o escândalo de corrupção de um funcionário da embaixada dominicana na Argentina acusado de tráfico de mulheres dominicanas no país, tem influenciado a decisão dos governos argentino e dominicano de produzir “vítimas do tráfico” entre as dominicanas na Argentina. Também noutros contextos, como o português, a “sensibilidade” em relação à posição do país no contexto internacional tem contribuído para uma certa mobilização institucional antitráfico (Clemente, 2019). No entanto, o objetivo de construir um sistema de combate ao tráfico tem igualmente

restringido a ideia de tráfico e a presença dos próprios agentes no “campo” do combate ao tráfico (Bourdieu, 1996). Em particular, em Portugal, a necessidade de manter fora do campo da luta contra o tráfico as discussões e os conflitos violentos em torno da venda de sexo e a relação entre esta e o tráfico contribuiu para uma substancial exclusão quer do “tráfico sexual”, quer das organizações especialmente preocupadas com o mesmo (Clemente 2022a, 2023b).

Esta circunstância pode ter aspetos positivos, uma vez que muitas vezes as campanhas antitráfico são sobretudo campanhas para a eliminação do comércio sexual (Weitzer, 2010). Entretanto, permanece o facto de a luta contra o tráfico se basear principalmente numa lógica política neoliberal, na medida em que o sistema penal é apresentado ou restaurado como a principal solução para o problema (Bernstein, 2010). Tudo isto contribuiu para descrever a luta contra o tráfico como uma sofisticada “máquina antipolítica” (Clemente, 2022b), que permanece frequentemente fora das questões políticas substantivas – a começar pela desigualdade e a violência produzidas pelas atuais políticas de migração e trabalho na vida de migrantes estigmatizados e racializados. A pesquisa empírica acerca do tráfico tem também problematizado as leis e políticas antitráfico ao indicar os danos causados por elas nas vidas das pessoas rotuladas ou não como “vítimas”. Entre estes danos, estão as acrescidas limitações à mobilidade laboral nos diferentes mercados de trabalho, além da priorização substancial da perseguição de criminosos *versus* o reconhecimento de qualquer direito às “vítimas de tráfico” (GAATW 2007; Silva *et al.*, 2013; Daich e Varela, 2014; Varela, 2017). As representações simplificadas e estereotipadas destas últimas têm contribuído para intervenções que raramente consideram as razões estruturais da exploração e que, embora se debrucem sobre o sofrimento dos indivíduos, raramente respondem às suas expectativas e necessidades, deixando-as à margem da elaboração das políticas e das intervenções que lhes dizem respeito (Agustin, 2009; Clemente, 2022; Molland, 2019; O’Connell Davidson, 2014; Semprebon, 2023).

Em contraste com a obsessão pela reprodução de dados sobre o tráfico e as suas vítimas – muitas vezes caracterizada pela ausência substancial de qualquer reflexão sobre a sua produção (Blanchette e Da Silva, 2012; Varela e Gonzalez, 2015) – e o escrutínio acrítico das “perceções” de tráfico por parte de agentes policiais e outros profissionais, mas também de estudantes e dos *media*, este dossiê temático surge com o objetivo de mobilizar pesquisas empíricas relacionadas com o “tráfico” e as políticas e práticas da sua “prevenção”, “proteção” e “punição”, com uma atenção aos seus desdobramentos e efeitos. O objetivo é sem dúvida ambicioso: o financiamento de pesquisas sobre o tráfico, frequentemente vinculado à autorreprodução dos atuais sistemas antitráfico e das suas lógicas neoliberais, constitui atualmente um grande limite para as abordagens críticas a este tema, retirando assim a possibilidade de fazer do combate ao tráfico um campo de discussão do amplo espectro de desigualdades e violência de que são vítimas os trabalhadores migrantes em vários contextos. Portanto, os artigos que integram o presente número temático dedicado a “Tráfico de pessoas, antitráfico e perspectivas críticas” constituem uma rara oportunidade de escrutínio crítico da questão, a partir de extensos trabalhos de pesquisa empírica.

É o caso do primeiro artigo, intitulado “Migrantes nigerianas en el Poniente Almeriense. Deconstruyendo el discurso trafiquista”, de Estefanía Ación González, em que a autora questiona os discursos estereotipados e simplistas que envolvem o tráfico e as suas vítimas e que tradicionalmente defendem a abolição da prostituição e a implementação de políticas migratórias repressivas. O artigo mobiliza os dados

recolhidos durante um estudo de cariz etnográfico realizado, entre 2005 e 2012, no Poente Almeriense, no Sul da Espanha, que permitiu uma análise aprofundada dos percursos migratórios e das experiências de trabalho e exploração de mais de oitocentas mulheres nigerianas no mercado do sexo.

A perspetiva émica adotada por Acién González também caracteriza o segundo artigo deste número temático, intitulado “La criminalización de las redes migratorias para la industria del sexo: el caso de las rumano y las nigerianas”, de José López Riopedre. O artigo utiliza dados recolhidos em diferentes países europeus e africanos, onde Riopedre encontrou trabalhadores migrantes, incluindo prostitutas romenas e nigerianas, mas também proxenetas, “traficantes” e especialistas de tráfico. Mais de uma década de pesquisa etnográfica encoraja Riopedre a problematizar a escassa atenção que os discursos hegemónicos antitráfico concedem às causas estruturais da violência e do abuso que podem caracterizar os percursos migratórios e laborais dos migrantes romenos e nigerianos, descrevendo a prática da prostituição como a oportunidade para criminalizar qualquer acordo que normalmente defina a experiência migratória.

O número temático inclui ainda o artigo intitulado “De la puta al prostituyente. Producción de sujetos en políticas sobre prostitución y trata de personas”, de Santiago Morcillo, que oferece uma provocativa análise das construções discursivas sobre os clientes da prostituição na França, colocando-as em paralelo com as que podem ser encontradas no contexto argentino. Para tanto, o autor socorre-se de entrevistas com os “formadores” que ministram e coordenam os cursos de sensibilização (*stage de sensibilization*) que fazem parte das punições previstas para os condenados pela compra de serviços sexuais, bem como entrevistas com os deputados envolvidos na elaboração da lei francesa de penalização da “compra de atos sexuais”, de 2016. O estudo também beneficia da observação de Morcillo nos referidos cursos e de conversas informais com os homens que neles participaram.

Três recensões completam o número temático. A primeira, da autoria de Cecilia Varela e Felipe González, analisa o livro *Mi Cuerpo, ese deseo, esta ley. Reflexiones sobre la política de la sexualidad*, de Geoffroy de Lagasnerie, um ensaio escrito no calor das polémicas contemporâneas em torno do consentimento sexual que questiona as narrativas dominantes no campo francês. Trata-se de uma intervenção produzida na urgência de trazer para o debate público outras experiências e narrativas possíveis fora daquelas limitadas pelas gramáticas da vitimização.

Uma segunda recensão, da autoria de Adriana Piscitelli, concentra-se em *Nigerianas en el Poniente. Una década de etnografía sobre migrantes en el trabajo sexual*. O livro é o resultado de um trabalho de investigação que Estefanía Acién González realizou em três municípios do oeste de Almería, em Espanha, e em várias viagens a Tânger, ponto de trânsito de muitas mulheres nigerianas. Se hoje é possível ir além das narrativas conflituosas – ora vitimizadoras, ora estigmatizantes – que povoam o discurso público sobre a migração e as experiências de trabalho destas mulheres, é também graças ao longo e intenso trabalho de investigação de Estefanía Acién.

A recensão do livro *La trata de mujeres en Mar del Plata: política sexual, moralidades y poder punitivo*, de Estefanía Martynowskyj, realizada por Mariela Beatriz Cornalo encerra o número temático. Resultado da tese de doutoramento da sua autora, este trabalho aborda a configuração do tráfico de mulheres como problema público numa cidade portuária da costa argentina através da perspetiva conceitual da sociologia dos

problemas públicos, das contribuições dos estudos críticos sobre o tráfico e dos estudos sobre o sexo comercial. A escala local e a utilização de diferentes técnicas de investigação permitem a este trabalho articular com sucesso diferentes temas que atravessam o campo de debate deste dossiê: a genealogia da campanha antitráfico, os debates feministas sobre a prostituição, a lógica da persecução penal implantada na luta contra o tráfico e os seus efeitos, bem como as interpelações produzidas sobre homens potencialmente consumidores de sexo.

Agradecemos as diferentes contribuições sobre o tráfico e o antitráfico oferecidas tanto pelos artigos – todos eles caracterizados por um esforço empírico excepcional – quanto pelas recensões que compõem este número temático. Foi um enorme prazer poder contar com o profissionalismo de *Configurações: Revista de Ciências Sociais*, a quem agradecemos também o interesse em propor uma reflexão crítica sobre o tráfico e o combate ao tráfico – circunstância que, ainda hoje, se mantém absolutamente excepcional para a maioria das revistas do Sul da Europa. Esperamos que as obras que compõem este número temático possam inspirar futuras pesquisas sobre o tráfico e o combate ao tráfico, contribuindo para um melhor conhecimento empírico da questão e, assim, para políticas e práticas de intervenção que possam fortalecer a luta contra as desigualdades e a violência que frequentemente caracterizam as relações de trabalho das pessoas migrantes.

BIBLIOGRAFIA

AGUSTIN, Laura – *Sexo y Marginalidad. Emigración, mercado de trabajo e industria del rescate*. Madrid: Editorial Popular, 2009. 298 p. ISBN 9788478844463.

ALVIM, Filipa – *Só Muda a Moeda: Representações sobre tráfico de seres humanos e trabalho sexual em Portugal*. Londres: Novas Edições Acadêmicas, 2018. 264 p. ISBN 9786202174329.

ARADAU, Claudia – *Rethinking Trafficking in Women*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. 225 p. ISBN 9780230573314.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; DA SILVA, Ana Paula – On Bullshit and the Trafficking of Women: Moral entrepreneurs and the invention of trafficking of persons in Brazil. *Dialectical Anthropology* [Em linha]. 36:1/2 (2012) 107-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10624-012-9268-8>. ISSN 1573-0786.

BERNSTEIN, Elizabeth – Militarized Humanitarianism Meets Carceral Feminism: The politics of sex, rights, and freedom in contemporary antitrafficking campaigns. *Signs: Journal of Women in Culture and Society* [Em linha]. 36:1 (2010) 45-72. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/652918>. ISSN 0097-9740.

BOURDIEU, Pierre – *The Rules of Art. Genesis and structure of the literary field*. Cambridge: Polity Press, 1996. 433 p. ISBN 9780804726276.

- BRENNAN, Denise – Trafficking, Scandal, and Abuse of Migrant Workers in Argentina and the United States. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* [Em linha]. 653:1 (2014) 107–123. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002716213519239>. ISSN 0002-7162.
- CLEMENTE, Mara – O tráfico sexual (já) não é sexy? Atores, definições do problema e políticas no campo português de combate ao tráfico. *Gazeta de Antropologia* [Em linha]. 35:1 (2019). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/58857>. ISSN 0214-7564.
- CLEMENTE, Mara – The Long Arm of the Neoliberal Leviathan in the Counter-Trafficking Field: The case of Portuguese NGOs. *International Review of Sociology* [Em linha]. 31: 1 (2021) 182–203. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03906701.2021.1899366>. ISSN 1469-9273.
- CLEMENTE, Mara – A construção do campo de combate ao tráfico de pessoas em Portugal: O papel das organizações não-governamentais. *Sociologia On Line* [Em linha]. 28 (2022a) 11–34. Disponível em: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2022.28.1>. ISSN 1647-3337.
- CLEMENTE, Mara – The Counter-Trafficking Apparatus in Action: Who benefits from it?. *Dialectical Anthropology* [Em linha]. 46 (2022b) 267–289. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10624-022-09655-8>. ISSN 1573-0786.
- CLEMENTE, Mara – Feminism and Counter-Trafficking: Exploring the transformative potential of contemporary feminism in Portugal. *Social & Legal Studies* [Em linha]. 32:3 (2023a) 420–440. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/09646639221119361>. ISSN 1461-7390.
- CLEMENTE, Mara – Na luta e em luta contra o tráfico. Organizações de mulheres e feministas no campo português do combate ao tráfico. *Sociologia On Line* [Em linha]. 31, (2023b) 96–115. Disponível em: <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2023.31.6>. ISSN 1647-3337.
- DAICH, Deborah and; VARELA, Cecilia – Entre el combate a la trata y la criminalización del trabajo sexual: Las formas de gobierno de la prostitución. *Delito y Sociedad: Revista de ciencias sociales* [Em linha]. 38 (2014) 63–87. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/44546>. ISSN 0328-0101.
- CHENG, Sealing – The Paradox of Vernacularization: Women’s human rights and the gendering of nationhood. *Anthropological Quarterly* [Em linha]. 84: 2 (2011) 475-505. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41237502>. ISSN 1534-1518.
- DOEZEMA, Jo – Now you see Her, now you don’t: Sex workers at the UN trafficking protocol negotiation. *Social & Legal Studies* [Em linha]. 14:1 (2005) 61–89. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0964663905049526>. ISSN 1461-7390.
- DOEZEMA, Jo – *Sex Slaves and Discourse Masters: The construction of trafficking*. Londres: Zed Books, 2010. 224 p. ISBN 9781848134140.
- HESFORD, Wendy – *Spectacular Rhetorics: Human rights visions, recognitions, feminisms*. Durham: Duke University Press, 2011. 296 p. ISBN 9780822349518.
- GAATW – *Collateral Damage: The Impact of Anti-Trafficking Measures on Human Rights around the World*. Bangkok: GAATW, 2007. 277 p. ISBN 9789748371924.
- MAI Nicola; MACIOTI, P. G.; BENNACHIE, Calum; FEHRENBACHER, Anne E.; CALOGERO, Giametta; HOEFINGER, Heidi; MUSTO, Jennifer – Migration, Sex Work and Trafficking: The racialized bordering politics of sexual humanitarianism. *Ethnic and Racial Studies* [Em linha]. 44:9 (2021) 1607-1628. ISSN 1466-4356.

- MOLLAND, Sverre – On Trafficking Survivors: Biolegitimacy and multiplications of life. *Dialectical Anthropology* [Em linha]. 43: 3 (2019) 279-293. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/45204029>. ISSN 1573-0786.
- MUNRO, Vanessa; SCOULAR, Jane – Abusing Vulnerability? Contemporary law and policy responses to sex work in the UK. *Feminist Legal Studies* [Em linha]. 20 (2012), 189–206. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10691-012-9213-x>. ISSN 1572-8455.
- O’CONNEL DAVIDSON, Julia – ¿Podría la verdadera esclava sexual dar un paso adelante?. *Debate Feminista*. México. ISSN 2594-066X.50 (2014) 258-281.
- PISCITELLI, Adriana – *Trânsitos: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: CLAM/EdUerj, 2013. 270 p. ISBN 9788575112649.
- PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura – Categorias em movimento: A gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura* [em linha]. 67:2 (2015) 35–39. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000200012>. ISSN 2317-6660.
- UN Treaty Collection – *Protocol to prevent, suppress and punish trafficking in persons, especially women and children, supplementing the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*. Nova Iorque: United Nations Treaty Collection, 2000. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/protocol-prevent-suppress-and-punish-trafficking-persons>
- VARELA, Cecilia – Entre el mercado y el sistema punitivo: Trayectorias, proyectos de movilidad social y criminalización de mujeres en el contexto de la campaña anti-trata. *Zona Franca. Revista de estudios de género* [Em linha]. 24 (2017) 7–37. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/103158>. ISSN 2545-6504.
- VARELA, Cecilia – Lenguajes de derechos humanos y memorias del pasado reciente en la campaña anti-trata argentina. *Clepsidra - Revista Interdisciplinaria de Estudios Sobre Memoria* [em linha]. 7:14 (2022) 156-175. Disponível em: <https://ojs.ides.org.ar/index.php/Clepsidra/article/view/297>. ISSN 2362-2075.
- VARELA, Cecilia; GONZÁLEZ, Felipe – Tráfico de cifras: “Desaparecidas” y “rescatadas” en la construcción de la trata como problema público en la Argentina. *Apuntes CECYP* [Em linha]. 26 (2015) 74-99. Disponível em: <http://ref.scielo.org/v6ztpd>. ISSN 1851-9814.
- WEITZER, Ronald – The Movement to Criminalize Sex Work in the United States. *Journal of Law and Society* [Em linha]. 37:1 (2010) 61-84. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25622008>. ISSN 1467-6478.
- SEMPREBON, Michela – *Social Protection Programmes. Narratives of Nigerian women and anti-trafficking practitioners in Italy*. Londres: Routledge, 2023. 192 p. ISBN 9781032314563.
- SILVA, Manuel Carlos; RIBEIRO, Fernando Bessa; GRANJA, Rafaela – *Prostituição e Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual*. Prior Velho: Letras Paralelas, 2013. 203 p. ISBN. 9789899761735.

NOTAS

1. Costuma-se definir como Protocolo sobre Tráfico ou Protocolo de Palermo, o Protocolo Adicional das Nações Unidas Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, que, juntamente com o Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e

Aérea e o Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, completa a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional de 2000.

2. Utilizamos o termo “prostituição” e a expressão “trabalho sexual” de forma intercambiável para nos referirmos à troca de sexo ou serviços sexuais por dinheiro ou outros benefícios materiais. Trata-se de um uso basicamente émico, estando esses termos e expressões entre os mais usados pelas pessoas no mercado do sexo.

3. No entanto, as campanhas antitráfico, especialmente em alguns contextos do Sul global, exigem a vernacularização de uma linguagem especializada transnacionalizada que, para se tornar inteligível, mobiliza símbolos e memórias partilhadas dentro da comunidade nacional. Assim, as campanhas estão entrelaçadas com disputas em torno das memórias do passado recente (Varela, 2022) e dos processos de construção de uma comunidade nacional (Cheng, 2011).

4. Publicado desde 2001 pelo Escritório do Departamento de Estado dos EUA para Monitorar e Combater o Tráfico de Pessoas, o TIP report classifica os governos com base nos esforços que estes fazem para reconhecer e combater o tráfico de pessoas. Em particular, o TIP classifica os países em diferentes tiers tendo como critério a conformidade com os padrões descritos no Victims of Trafficking and Violence Protection Act (TVPA), de 2000.

AUTORES

MARA CLEMENTE

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Lisboa, Portugal

mara.clemente@iscte-iul.pt

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5038-7328>

CECILIA VARELA

Instituto de Ciencias Antropológicas (ICA)

Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA)

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

ceciliavarela@conicet.gov.ar

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4844-317X>